

→ áreas florestais degradadas pelos deslizamentos espalhando biocápsulas de sementes com o uso de drones.

O ICC realiza ainda, em conjunto com a prefeitura, o programa São Sebastião Resiliente, que prevê, entre outras medidas, um cinturão de áreas de

proteção ambiental e parques verdes para absorver a água da chuya.

NO RIO. Em Petrópolis, com 278,8 mil habitantes, um bairro com 245 casas foi demolido pela prefeitura depois das enchentes de 2022, que causa-

Detalhamento

Por Regiões

Na Região Sul, Santa Catarina desponta com o maior número de pessoas e municípios (207) expostos aos ris-cos, seguido do Rio Grande do Sul (142) e Paraná (80); Na Região Nordeste, destacam-se a Bahia (137), Maranhão (110), Pernambuco (106) e Ceará (74). A Região Norte, caracterizada por inundações graduais, tem nos Estados do Pará (82) e do Amazonas (59) os maiores números de municípios mais suscetíveis à ocorrência de desastres.

A Região Centro-Oeste mantém a menor porcentagem de registro de eventos e de pessoas expostas aos riscos. O Estado do Mato Grosso (40) apresenta o maior número de municípios mais suscetíveis.

ram deslizamentos e deixaram 235 mortos. O Morro da Oficina praticamente desapareceu, mas ainda há cerca de 70 mil pessoas vivendo em áreas de risco, segundo estudo do Ministério das Cidades, divulgado em fevereiro deste ano. As áreas em risco correspondem a 18% da área urbana. O número é superior ao apurado en 2017 pelo Plano de Redução de Riscos e Movimentos de Massa, que apontava 40 mil pessoas vivendo em 234 áreas de risco. Foram mapeados 27 mil imóveis, correspondendo a 10% da área urbana. Desses, 15,2 mil estavam em áreas de risco alto ou muito alto.

Depois de registrar enchentes e 775 deslizamentos de terra, em 2022, a prefeitura deu início a um processo de demolição das moradias em locais de risco, mas uma ação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro barrou o processo.

A Justiça entendeu que as demolições deveriam ser precedidas de notificação ao proprietário e estudo caso a caso. No casodo Morro da Oficina, a demolição foi autorizada pela Justiça por necessidade de realizar obras emergenciais de contenção da encosta, drenagem e proteção de moradias e edificios públicos, entre eles uma escola municipal e um pronto-socorro.

As famílias recebem uma compensação financeira de até R\$ 230 mil prevista no programa Recomeço Seguro. Em outros bairros, como a Vila Felipe, a prefeitura investe na construção de barreiras dinâmicas, sistemas de drenagem e demolições de blocos ro-

chosos para prevenir novos desastres.

Petrópolis registra um histórico de desastres climáticos. Antes da tragédia de 2022, a maior já registrada, a cidade havia sido assolada por grandes inundações em 1966, com 80 vítimas, e 1988, com um saldo de 171 mortes. Em 2001, os temporais fizeram 51 vítimas; em 2011, os deslizamentos mataram 73 pessoas e, em 2013, foram 13 mortes.

RIO GRANDE DO SUL. O Estadão mostrou que ao menos quatro cidades que foram severamente atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul planejam mudar parte da área urbana para fora da região sujeita a inundações. São localidades de pequeno porte, situadas em calhas de rios, e que enfrentaram de dois a quatro desastres naturais em menos de um ano.

Especialistas afirmam que outras cidades precisam seguir os exemplos de Barra do Rio Azul, Muçum, Roca Sales e Cruzeiro do Sul e não reerguer as estruturas destruídas no mesmo lugar. Para eles, com as mudanças climáticas, novas enchentes virão.

O que dizem os gestores Governos locais e federal

Governos locais e federal dizem adotar medidas para ampliar o monitoramento e a segurança

RECURSOS. Emnota, o Ministério das Cidades destacou que foi criado o "PAC Prevenção a Desastres, com investimentos previstos de R\$ 11,7 bilhões". "Na semana passada, na primeira seleção de Contenção de Encostas, foram anunciados investimentos de R\$ 1,7 bi-hão. Nas próximas semanas, será anunciado o resultado da primeira seleção de Drenagem, com investimentos de R\$ 4,8 bilhões", declarou a pasta.

"Em relação ao orçamento do Ministério das Cidades, vale ressaltar que ovalor deixado pelo governo anterior para prevenção de riscos em 2023, an-tes da PEC da Transição, era de R\$ 27 milhões, insuficiente sequer para manter as obras em execução. Após a PEC da transição, o orçamento de 2023 foi ampliado e, nesse exercício de 2024, primeiro orçamento do governo Lula, o valor alocado para obras de pre-venção a desastres foi de R\$ 636 milhões, montante que corresponde ao dobro da média do orcamento alocado nos últimos 6 anos", acrescentou.

A reportagem consultou o Ministério do Meio Ambiente, que não comentou, e o da Integração e Desenvolvimento Regional, que encaminhou a demanda à pasta das Cidades.